

O BOEP – Boletim do Observatório do Emprego Público – é uma publicação através da qual a DGAEP pretende contribuir com regularidade para a divulgação de dados e indicadores estatísticos sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. A informação disponibilizada neste número centra-se em particular no universo de entidades que compõem a administração central (administração direta e indireta do Estado) e uma análise de síntese sobre o emprego municipal da administração local. Pretende-se complementar a informação disponibilizada na edição do BOEP n. 05, com dados estatísticos atuais de caracterização mais detalhada dos trabalhadores.

Como fontes estatísticas são privilegiados, em particular, o conjunto de dados sobre emprego recolhidos pelo Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais.

1. Emprego público no mercado de trabalho e na economia

1.1 Emprego público no mercado de trabalho

Quadro 1.1 Peso do emprego na administração central e nos municípios no mercado de trabalho

	Em percentagem					
	Dez. 2005	Dez. 2007	Dez. 2008	Dez. 2009	Dez. 2010	Jun. 2011 (p)
Administração central mais Câmaras municipais:						
na População total	6,4	6,1	6,1	6,2	6,1	n.d.
na População ativa	12,1	11,5	11,5	11,8	11,6	n.d.
na População empregada	13,2	12,5	12,5	13,1	13,1	n.d.
no Emp. por conta outrem	17,6	16,6	16,4	17,2	16,9	n.d.
do qual:						
Administração central						
na População total	5,4	5,0	4,9	4,9	4,8	4,8
na População ativa	10,1	9,4	9,3	9,4	9,2	9,1
na População empregada	11,0	10,2	10,1	10,4	10,4	10,4
no Emp. por conta outrem	14,7	13,5	13,2	13,7	13,4	13,1

Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; DGAEP - BDAP 2005; SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011); DGAEP/OBSEP

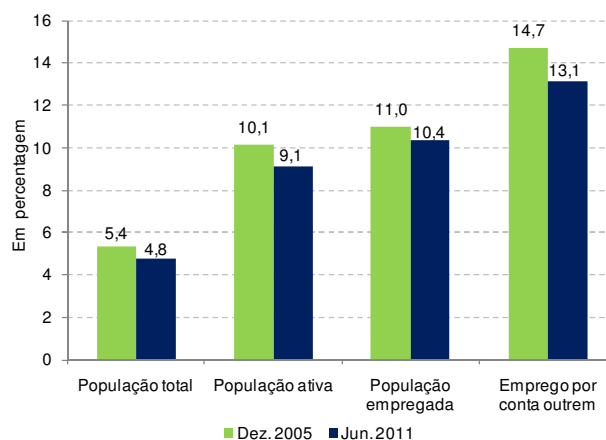
Entre 2005 e o 2.º trimestre de 2011, salienta-se a diminuição do peso do emprego na administração central (administração direta e indireta do Estado) em todos os indicadores apresentados.

Em 30 de junho de 2011, o emprego na administração central representava 9,1% da população ativa e 13,1% do emprego por conta de outrem, correspondente a uma diminuição de 1,0 p.p. e 1,6 p.p., respetivamente, face a dezembro de 2005 (Gráfico 1.1).

No final de 2010, o rácio do emprego na administração central e câmaras municipais em relação à população residente total (taxa de administração) registou uma variação de -1,4% em relação ao período homólogo (Quadro 1.1).

O emprego na administração central e câmaras municipais tem vindo a registar uma ligeira mas progressiva diminuição do peso destes trabalhadores no mercado de trabalho.

Gráfico 1.1 Peso do emprego na administração central no mercado de trabalho, 2005 e 2011



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; DGAEP - BDAP 2005; SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011); DGAEP/OBSEP

1.2 Emprego público na economia

Gráfico 1.2 Remunerações das administrações públicas (AP) em percentagem do PIB, Portugal e UE (ano terminado no trimestre)

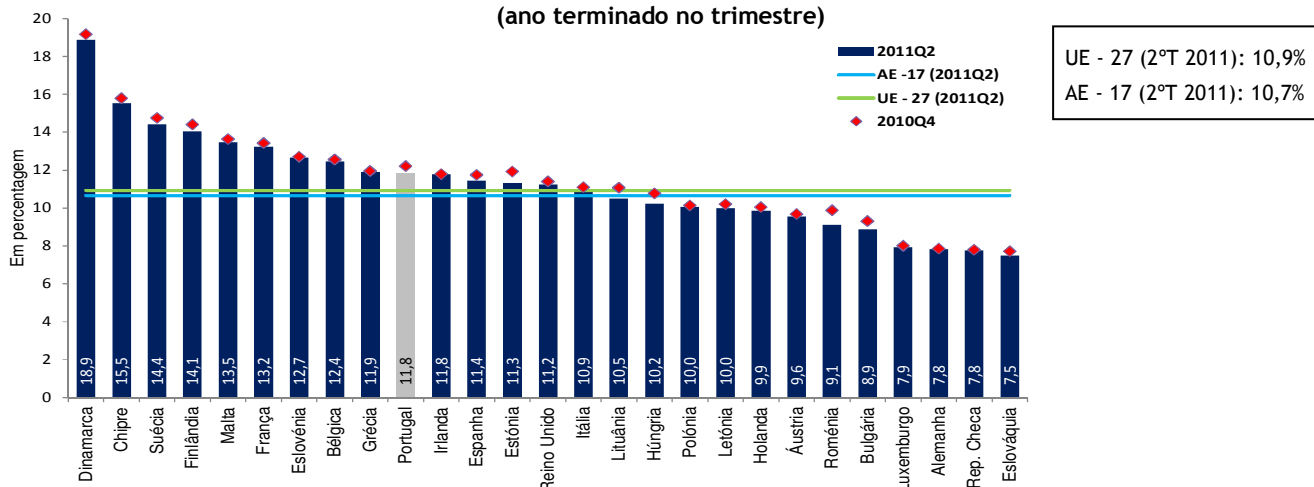
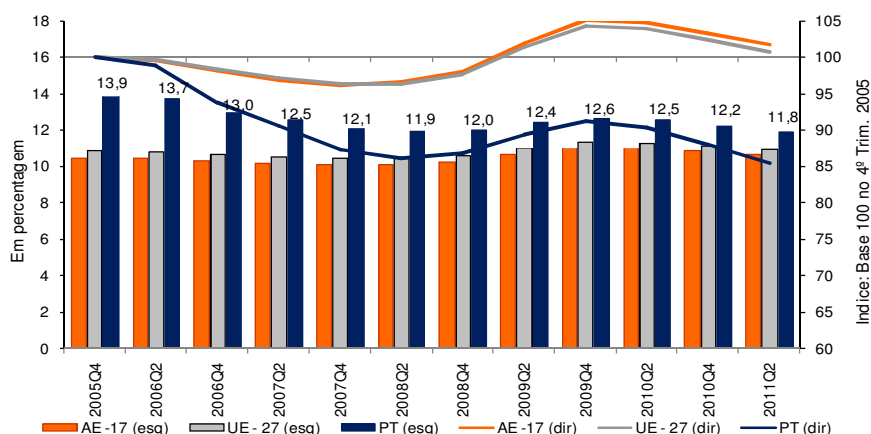
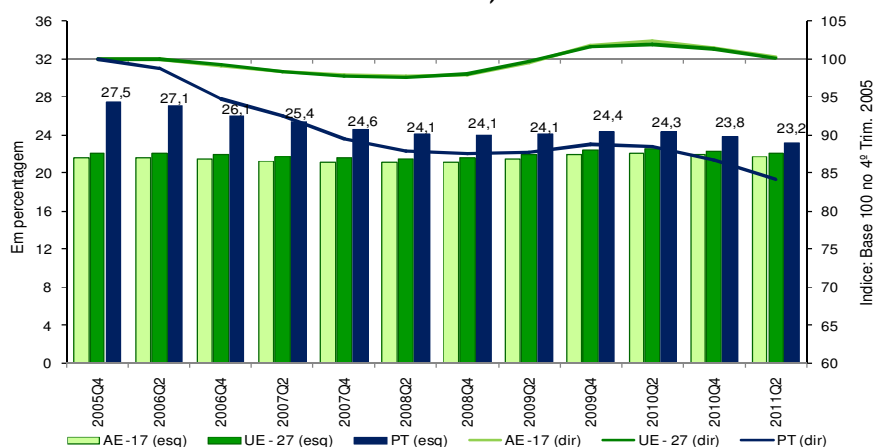


Gráfico 1.3 Evolução das remunerações das AP em percentagem do PIB, em Portugal e UE (ano terminado no trimestre)



Segundo as contas nacionais, no ano terminado no 2º Trimestre de 2011, as remunerações das administrações públicas representavam 11,8% do PIB, situando-se 0,9 p.p. acima da média dos países da União Europeia a 27 (UE-27) e 1,1 p.p. acima da média da Área do Euro a 17 (AE-17). Do conjunto de 14 Estados membros que apresentam valores acima de 11%, Portugal posiciona-se em quinto lugar, no grupo de países com menor diferença no indicador (Gráfico 1.2).

Gráfico 1.4 Evolução das remunerações das AP em percentagem das remunerações totais, em Portugal e UE (ano terminado no trimestre)



Entre o ano de 2005 e o ano terminado no 2º Trimestre de 2011, Portugal registou uma forte quebra nos rácios das remunerações das administrações públicas no PIB (menos 14,6%) e nas remunerações do total da economia (menos 15,7%). Portugal acompanha a tendência de evolução dos países da UE-27 e da AE-17 para estes rácios, embora a quebra registada para os conjuntos destes países tenha sido menos acentuada do que no caso português (Gráficos 1.3 e 1.4).

Fontes: (Gráficos 1.2 a 1.4) INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional; Eurostat - Contas Trimestrais por Sector Institucional; Instituto de Estatística da França; Médias móveis simples, correspondente ao ano terminado no trimestre; DGAEP/OBSEP - ver 7. Notas Técnicas
 Notas: (esq) = escala da esquerda; (dir) = escala da direita

2. Caracterização do emprego público por ministério

Quadro 2.1 Emprego por ministério, 31 dezembro 2010 e 30 junho 2011

Ministério	Unidade: Postos de trabalho						Estrutura (em percentagem)			
	Emprego exceto Contratos Código Trabalho nas EPE's (a)		Emprego incluindo todos os trabalhadores nas EPE's (b)		(a)	(b)	Emprego exceto Contratos Código Trabalho nas EPE's (a)		Emprego incluindo todos os trabalhadores nas EPE's (b)	
	31-dez-2010	30-jun-2011 (p)	31-dez-2010	30-jun-2011 (p)	Variação (N.º)		31-dez-2010	30-jun-2011 (p)	31-dez-2010	30-jun-2011 (p)
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes	13 550	13 405	13 550	13 405	-145	-145	2,6	2,6	2,4	2,4
Presidência do Conselho de Ministros	4 761	4 726	5 715	5 642	-35	-73	0,9	0,9	1,0	1,0
Ministério da Administração Interna	49 833	50 132	49 833	50 132	299	299	9,7	9,9	9,0	9,1
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. Território	11 095	10 904	11 095	10 904	-191	-191	2,2	2,1	2,0	2,0
Ministério da Defesa Nacional	45 313	44 691	45 313	44 691	-622	-622	8,8	8,8	8,2	8,1
Ministério da Educação e Ciência	238 146	237 571	238 457	237 892	-575	-565	46,5	46,8	43,0	43,1
Ministério da Economia e do Emprego	10 778	10 574	10 781	10 576	-204	-205	2,1	2,1	1,9	1,9
Ministério das Finanças	14 000	13 713	14 035	13 748	-287	-287	2,7	2,7	2,5	2,5
Ministério da Justiça	16 714	16 527	16 714	16 527	-187	-187	3,3	3,3	3,0	3,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3 370	3 304	3 370	3 304	-66	-66	0,7	0,7	0,6	0,6
Ministério da Saúde	90 178	88 231	127 361	126 847	-1947	-514	17,6	17,4	23,0	23,0
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	14 686	14 195	18 065	17 737	-491	-328	2,9	2,8	3,3	3,2
Total	512 424	507 973	554 289	551 405	-4 451	-2 884	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Notas: (a) Total do emprego exceto contrato de trabalho e comissão de serviço ao abrigo do Código de Trabalho nas Entidades Públicas Empresariais (EPE's) (b) Total do emprego considerando todos os trabalhadores em exercício de funções nas Entidades Públicas Empresariais

No primeiro semestre de 2011, com exceção do Ministério da Administração Interna, todos os ministérios apresentam uma variação negativa em número de postos de trabalho (Quadro 2.1).

Segundo a relação jurídica de emprego, o número de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas (CTFP) por tempo indeterminado diminuiu em todos os ministérios (cerca de 5 240 no total), em contraponto ao aumento do número de trabalhadores com contrato a termo resolutivo, em particular nos Ministérios da Educação e Ciência e da Saúde (Quadro 2.2).

Quadro 2.2 Emprego por ministério segundo a relação jurídica de emprego, 31 dezembro 2010 e 30 junho 2011

Ministério	Unidade: Postos de trabalho						30-jun-2011 (p)					
	31-dez-2010					Total	30-jun-2011 (p)					Total
	Nomeação	CTFP tempo indeterminado	CTFP termo resolutivo	Comis. Serviço LVCR	CT e CS âmbito Código Trabalho		Nomeação	CTFP tempo indeterminado	CTFP termo resolutivo	Comis. Serviço LVCR	CT e CS âmbito Código Trabalho	
Órgãos de Soberania e Entid. Independentes	3 655	9 504	70	277	44	13 550	3 578	9 405	100	277	45	13 405
Presidência do Conselho de Ministros	83	3 949	182	365	1 136	5 715	143	3 857	193	380	1 069	5 642
Ministério da Administração Interna	45 822	2 997	4	999	11	49 833	46 122	2 933	144	921	12	50 132
Min. Agric, Mar, Ambiente e Orden Território	92	9 800	368	712	123	11 095	202	9 523	305	710	164	10 904
Ministério da Defesa Nacional	19 487	6 216	19 530	77	3	45 313	19 329	5 977	19 303	77	5	44 691
Ministério da Educação e Ciência	225	180 373	55 478	932	1 449	238 457	205	178 986	56 403	919	1 379	237 892
Ministério da Economia e do Emprego	905	7 887	468	692	829	10 781	846	7 784	479	740	727	10 576
Ministério das Finanças	141	11 912	132	1 718	132	14 035	119	11 691	128	1 684	126	13 748
Ministério da Justiça	6 956	9 193	263	260	42	16 714	6 792	9 238	203	253	41	16 527
Ministério dos Negócios Estrangeiros	398	1 669	12	738	553	3 370	363	1 627	7	756	551	3 304
Ministério da Saúde	50	77 668	10 674	670	38 299	127 361	51	75 289	10 915	709	39 883	126 847
Ministério da Solidariedade e da Seg. Social	283	12 737	252	1 315	3 478	18 065	267	12 347	244	1 241	3 638	17 737
Total	78 097	333 905	87 433	8 755	46 099	554 289	78 017	328 657	88 424	8 667	47 640	551 405
<i>Peso no total (%)</i>	<i>14,1</i>	<i>60,2</i>	<i>15,8</i>	<i>1,6</i>	<i>8,3</i>	<i>100,0</i>	<i>14,1</i>	<i>59,6</i>	<i>16,0</i>	<i>1,6</i>	<i>8,6</i>	<i>100,0</i>

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Notas: (a) Nomeação - inclui nomeação definitiva, nomeação transitória por tempo determinado e nomeação transitória por tempo determinável; CTFP - Contrato de Trabalho em Funções Públicas; LVCR - Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações; CT - Contrato de Trabalho; CS - Comissão de Serviço.

(b) CT e CS âmbito Código Trabalho: Entidades Públicas Empresariais, Universidades-Fundações, Entidades Reguladoras, dirigentes de Institutos Públicos (em transição).

O peso do emprego feminino na administração central mantém-se relevante: 62,4% dos trabalhadores são mulheres (Quadros 2.3 e 2.4). Os ministérios que apresentam taxas de feminização acima dos 70% são o MSSS, o MS e o MEC, com 78,5%, 75,6% e 74,5%, respetivamente (Gráfico 2.1). No extremo oposto, o MAI e o MDN são os ministérios com taxas de feminização mais baixas: 9,9% e 20,4%, respetivamente.

Quadro 2.3 Emprego por ministério segundo o sexo, 31 dezembro 2010 e 30 junho 2011

Unidade: Postos de trabalho

Ministério	31-dez-2010			30-jun-2011 (prov.)			Variação (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Orgãos de Soberania e Entidades Independentes	5 257	8 293	13 550	5 150	8 255	13 405	-2,0	-0,5	-1,1
Presidência do Conselho de Ministros	2 151	3 564	5 715	2 147	3 495	5 642	-0,2	-1,9	-1,3
Ministério da Administração Interna	44 843	4 990	49 833	45 159	4 973	50 132	0,7	-0,3	0,6
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. do Território	5 044	6 051	11 095	4 942	5 962	10 904	-2,0	-1,5	-1,7
Ministério da Defesa Nacional	35 820	9 493	45 313	35 554	9 137	44 691	-0,7	-3,8	-1,4
Ministério da Educação e Ciência	60 961	177 496	238 457	60 742	177 150	237 892	-0,4	-0,2	-0,2
Ministério da Economia e do Emprego	4 010	6 771	10 781	3 901	6 675	10 576	-2,7	-1,4	-1,9
Ministério das Finanças	5 894	8 141	14 035	5 755	7 993	13 748	-2,4	-1,8	-2,0
Ministério da Justiça	7 883	8 831	16 714	7 796	8 731	16 527	-1,1	-1,1	-1,1
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 378	1 992	3 370	1 332	1 972	3 304	-3,3	-1,0	-2,0
Ministério da Saúde	31 079	96 282	127 361	30 993	95 854	126 847	-0,3	-0,4	-0,4
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	3 842	14 223	18 065	3 817	13 920	17 737	-0,7	-2,1	-1,8
Total	208 162	346 127	554 289	207 288	344 117	551 405	-0,4	-0,6	-0,5

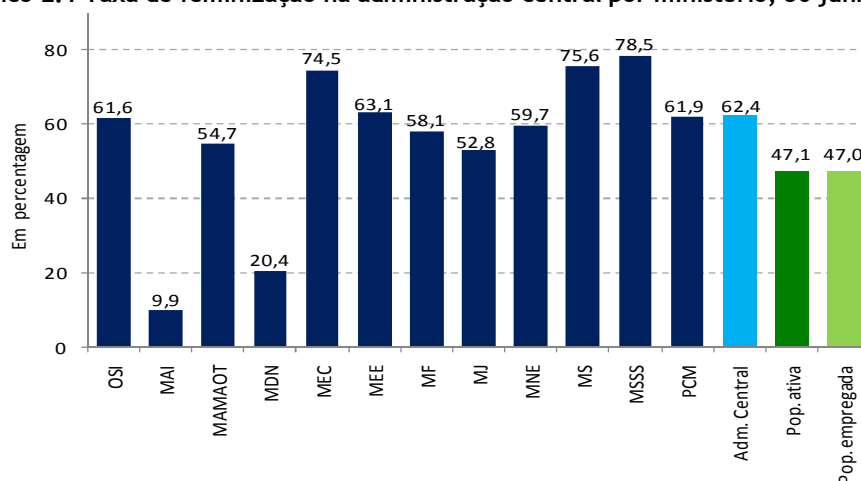
Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Quadro 2.4 Estrutura do emprego na administração central segundo o sexo

Ministério	Em percentagem					
	31-dez-2010			30-jun-2011 (prov.)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Orgãos de Soberania e Entidades Independentes	0,9	1,5	2,4	0,9	1,5	2,4
Presidência do Conselho de Ministros	0,4	0,6	1,0	0,4	0,6	1,0
Ministério da Administração Interna	8,1	0,9	9,0	8,2	0,9	9,1
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. Território	0,9	1,1	2,0	0,9	1,1	2,0
Ministério da Defesa Nacional	6,5	1,7	8,2	6,4	1,7	8,1
Ministério da Educação e Ciência	11,0	32,0	43,0	11,0	32,1	43,1
Ministério da Economia e do Emprego	0,7	1,2	1,9	0,7	1,2	1,9
Ministério das Finanças	1,1	1,5	2,5	1,0	1,4	2,5
Ministério da Justiça	1,4	1,6	3,0	1,4	1,6	3,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0,2	0,4	0,6	0,2	0,4	0,6
Ministério da Saúde	5,6	17,4	23,0	5,6	17,4	23,0
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	0,7	2,6	3,3	0,7	2,5	3,2
Total	37,6	62,4	100,0	37,6	62,4	100,0

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Gráfico 2.1 Taxa de feminização na administração central por ministério, 30 junho 2011



Fontes: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011); INE - Inquérito ao Emprego

A idade média estimada do trabalhador da administração central situa-se nos 43,1 anos, sendo o MDN e o MAI os ministérios cujos trabalhadores apresentam em média idades inferiores a 40 anos (34,0 e 39,7 anos respetivamente) e índices de envelhecimento mais baixos (5,6% e 3,6%, respetivamente). Em contraponto, o MAMAOT é o que apresenta a idade média estimada (49,8 anos) e o índice de envelhecimento (33,1%) mais elevados (Quadro 2.5).

Em estrutura, o escalão etário dos 40 aos 49 anos é o mais representativo dos trabalhadores da administração central (*escalão modal*), sendo o Ministério da Educação e Ciência o que mais contribui (Quadro 2.6).

Quadro 2.5 Distribuição do emprego por ministério segundo o escalão etário, 30 junho 2011

Ministério	Unidade: Postos de trabalho						Idade média (em anos)			Índice de envelhecimento (%)		
	Até aos 30 anos	Dos 30 aos 39	Dos 40 aos 49	Dos 50 aos 59	60 e mais anos	Total	H	M	Total	H	M	Total
	Orgãos de Soberania e Entid. Independentes	256	2 480	5 118	5 034	517	13 405	47,7	46,2	46,8	24,0	15,5
Presidência do Conselho de Ministros	155	1 167	2 016	1 900	404	5 642	46,9	46,7	46,8	25,6	21,3	22,9
Ministério da Administração Interna	7 789	17 481	15 858	8 637	367	50 132	39,5	42,0	39,7	2,5	14,0	3,6
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. Territ.	59	1 354	3 436	4 898	1 079	10 826	50,6	49,1	49,8	37,2	29,8	33,1
Ministério da Defesa Nacional	22 065	6 856	9 825	5 189	756	44 691	33,4	36,4	34,0	3,1	15,5	5,6
Ministério da Educação e Ciência	11 040	65 664	79 842	70 542	10 804	237 892	45,2	44,5	44,7	20,4	14,9	16,3
Ministério da Economia e do Emprego	151	2 426	3 890	3 389	798	10 654	48,1	45,9	46,7	29,4	20,7	23,9
Ministério das Finanças	58	2 645	4 015	6 239	791	13 748	48,0	48,4	48,2	27,1	22,0	24,1
Ministério da Justiça	308	4 612	6 228	4 968	411	16 527	43,6	46,0	44,9	10,7	13,5	12,2
Ministério dos Negócios Estrangeiros	99	647	970	1 106	482	3 304	48,8	47,9	48,2	33,3	29,6	31,1
Ministério da Saúde	21 193	36 735	32 442	30 830	5 647	126 847	42,7	41,5	41,8	20,7	14,4	15,9
Ministério da Solidariedade e da Seg. Social	743	4 641	5 063	6 113	1 177	17 737	45,8	46,0	46,0	26,3	24,5	24,9
Total	63 916	146 708	168 703	148 845	23 233	551 405	41,9	41,9	43,1	14,3	15,8	15,2

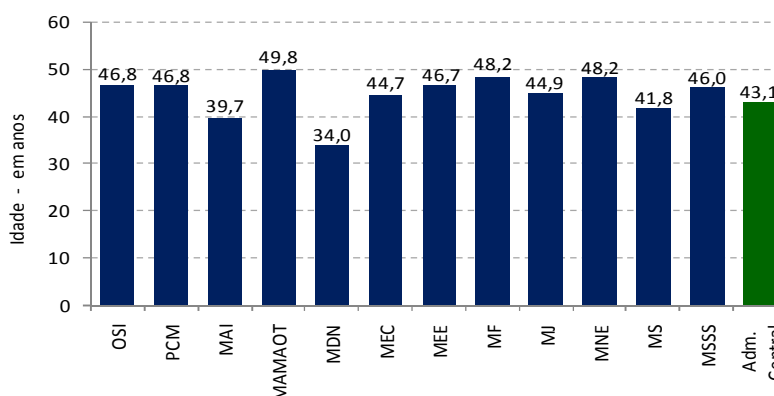
Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011) - Ver 7. Notas Técnicas

Quadro 2.6 Estrutura etária do emprego por ministério, 30 junho 2011

Ministério	Em percentagem					Total
	Até aos 30 anos	Dos 30 aos 39	Dos 40 aos 49	Dos 50 aos 59	60 e mais anos	
Orgãos de Soberania e Entid. Independentes	0,0	0,4	0,9	0,9	0,1	2,4
Presidência do Conselho de Ministros	0,0	0,2	0,4	0,3	0,1	1,0
Ministério da Administração Interna	1,4	3,2	2,9	1,6	0,1	9,1
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. Do Território	0,0	0,2	0,6	0,9	0,2	2,0
Ministério da Defesa Nacional	4,0	1,2	1,8	0,9	0,1	8,1
Ministério da Educação e Ciência	2,0	11,9	14,5	12,8	2,0	43,1
Ministério da Economia e do Emprego	0,0	0,4	0,7	0,6	0,1	1,9
Ministério das Finanças	0,0	0,5	0,7	1,1	0,1	2,5
Ministério da Justiça	0,1	0,8	1,1	0,9	0,1	3,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0,0	0,1	0,2	0,2	0,1	0,6
Ministério da Saúde	3,8	6,7	5,9	5,6	1,0	23,0
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	0,1	0,8	0,9	1,1	0,2	3,2
Total	11,6	26,6	30,6	27,0	4,2	100,0

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Gráfico 2.2 Idade média dos trabalhadores por ministério, 30 junho 2011



Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

O nível de tecnicidade do emprego na administração central mantém-se elevado, com 56% dos trabalhadores a possuírem habilitações ao nível do ensino superior. Ainda assim, identificam-se mais de 120 mil postos de trabalho ocupados com trabalhadores apenas com o ensino básico (Quadro 2.7).

Quadro 2.7 Emprego por ministério segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2011

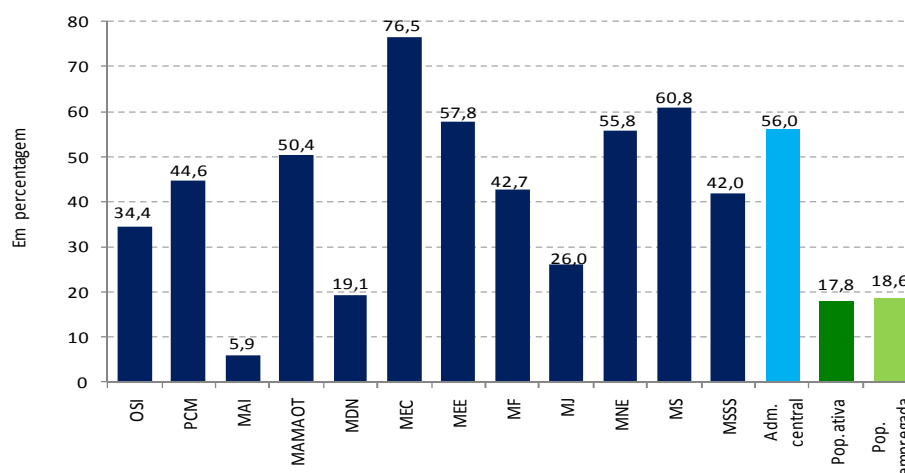
Ministério	Unidade: Postos de trabalho								Estrutura em relação ao total do emprego (%)			
	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior			Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11º ano	12º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor					
Orgãos de Soberania e Entid. Independentes	538	1 590	5 097	1 567	80	4 459	74	13 405	0,4	1,2	0,8	2,4
Presidência do Conselho de Ministros	529	820	266	1 508	74	2 071	374	5 642	0,2	0,3	0,5	1,0
Ministério da Administração Interna	7 659	14 810	5 930	18 797	185	2 539	212	50 132	4,1	4,5	0,5	9,1
Min. Agric, Mar, Ambiente e Orden. Território	1 718	1 311	577	1 763	680	4 280	497	10 826	0,5	0,4	1,0	2,0
Ministério da Defesa Nacional	3 037	15 078	3 179	14 850	1 389	6 509	649	44 691	3,3	3,3	1,6	8,1
Ministério da Educação e Ciência	18 244	15 690	1 027	21 004	9 119	144 241	28 567	237 892	6,2	4,0	33,0	43,1
Ministério da Economia e do Emprego	671	965	717	2 139	285	5 238	639	10 654	0,3	0,5	1,1	1,9
Ministério das Finanças	484	1 070	2 168	4 161	663	5 025	177	13 748	0,3	1,1	1,1	2,5
Ministério da Justiça	1 791	2 931	2 157	5 349	293	3 834	172	16 527	0,9	1,4	0,8	3,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	382	379	190	510	110	1 596	137	3 304	0,1	0,1	0,3	0,6
Ministério da Saúde	15 635	11 988	5 457	16 617	13 648	60 912	2 590	126 847	5,0	4,0	14,0	23,0
Ministério da Solidariedade e da Seg. Social	2 069	1 903	1 785	4 538	355	6 824	263	17 737	0,7	1,1	1,3	3,2
Total	52 757	68 535	28 550	92 803	26 881	247 528	34 351	551 405	22,0	22,0	56,0	100,0

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Nota: Níveis de escolaridade ISCED (ver 7.Notas Técnicas)

Em junho de 2011, 76,5 % dos trabalhadores do Ministério da Educação e Ciência (MEC) tinham níveis de escolaridade de ensino superior, logo seguido dos Ministérios da Saúde (60,8%), da Economia e Emprego (57,8%), dos Negócios Estrangeiros (55,8%) e da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (50,4%) (Gráfico 2.3).

Gráfico 2.3 Peso relativo dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nos ministérios e na administração central face ao mercado trabalho total, 30 junho 2011



Fontes: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011); INE - Inquérito ao Emprego

Nota: Níveis de escolaridade ISCED 5 e 6 (ver 7.Notas Técnicas)

3. Caracterização do emprego público por carreiras e grupos

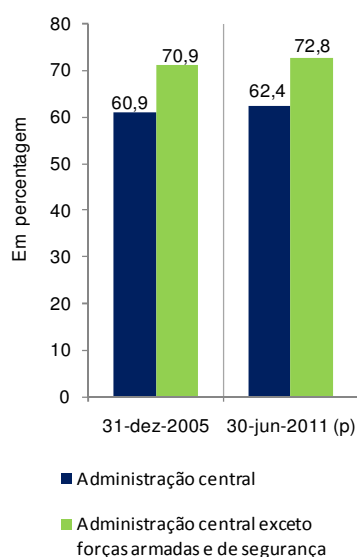
Quadro 3.1 Emprego na administração central por cargos, carreiras e grupos, 31 dezembro 2010 e 30 junho 2011

Cargo / Carreira / Grupo	Unidade: Postos de trabalho						Em percentagem			
	Emprego exceto Contratos Trabalho nas EPE's		Emprego incluindo todos os trabalhadores nas EPE's		(a)	(b)	Emprego exceto Contratos Trabalho nas EPE's		Emprego incluindo todos os trabalhadores nas EPE's	
	(a)	(b)	(a)	(b)			(a)	(b)	(a)	(b)
	31-dez-2010	30-jun-2011 (p)	31-dez-2010	30-jun-2011 (p)	Variação (N.º)		31-dez-2010	30-jun-2011 (p)	31-dez-2010	30-jun-2011 (p)
Dirigente Superior	1 177	1 150	1 250	1 219	-27	-31	0,2	0,2	0,2	0,2
Dirigente Intermédio	5 538	5 396	6 065	5 933	-142	-132	1,1	1,1	1,1	1,1
Técnico Superior	24 844	24 813	27 773	27 863	-31	90	4,8	4,9	5,0	5,1
Assistente Técnico	51 499	49 943	56 810	55 375	-1 556	-1 435	10,1	9,8	10,2	10,0
Assistente Operacional	71 555	69 490	83 660	81 887	-2 065	-1 773	14,0	13,7	15,1	14,9
Informático	2 992	2 931	3 317	3 257	-61	-60	0,6	0,6	0,6	0,6
Magistrado	3 468	3 431	3 468	3 431	-37	-37	0,7	0,7	0,6	0,6
Diplomata	395	364	395	364	-31	-31	0,1	0,1	0,1	0,1
Pessoal de Investigação	1 850	1 829	1 854	1 837	-21	-17	0,4	0,4	0,3	0,3
Doc. Ens. Universitário	13 819	13 832	13 842	13 855	13	13	2,7	2,7	2,5	2,5
Doc. Ens. Sup. Politécnico	9 385	9 630	9 385	9 630	245	245	1,8	1,9	1,7	1,7
Educ. Inf. e Doc. Ens. Básico e Secund.	149 619	150 097	149 844	150 328	478	484	29,2	29,5	27,0	27,3
Pessoal de Inspeção	1 631	1 532	1 655	1 556	-99	-99	0,3	0,3	0,3	0,3
Médico	19 900	20 133	23 739	24 371	233	632	3,9	4,0	4,3	4,4
Enfermeiro	27 441	26 866	40 757	40 677	-575	-80	5,4	5,3	7,4	7,4
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	5 822	5 632	8 500	8 451	-190	-49	1,1	1,1	1,5	1,5
Chefia Tributária	1 244	1 205	1 244	1 205	-39	-39	0,2	0,2	0,2	0,2
Pessoal Administ. Tributária e Aduaneiro	8 635	8 504	8 635	8 504	-131	-131	1,7	1,7	1,6	1,5
Pessoal de Justiça	13 692	13 579	13 692	13 579	-113	-113	2,7	2,7	2,5	2,5
Forças de Segurança	52 916	53 115	52 916	53 115	199	199	10,3	10,5	9,5	9,6
Forças Armadas	37 861	37 537	37 861	37 537	-324	-324	7,4	7,4	6,8	6,8
Outro Pessoal	7 141	6 964	7 627	7 431	-177	-196	1,4	1,4	1,4	1,3
Total	512 424	507 973	554 289	551 405	-4 451	-2 884	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Notas: (a) Total do emprego exceto contrato de trabalho e comissão de serviço ao abrigo do Código de Trabalho nas Entidades Públicas Empresariais (EPE's)
(b) Total do emprego considerando todos os trabalhadores em exercício de funções nas Entidades Públicas Empresariais

Gráfico 3.1 Taxa de feminização na administração central, 31 dezembro 2005 e 30 junho 2011



O peso do emprego feminino no total da administração central continua a aumentar cifrando-se em cerca de 62,4% do total em junho de 2011. Não considerando as carreiras das forças armadas e das forças de segurança (que apresentam taxas de feminização mais baixas), a percentagem de mulheres trabalhadoras em relação ao emprego masculino, aumenta para 72,8%, mais 1,9 p.p. do que no final de 2005 (Gráfico 3.1 e Quadro 3.2)

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

**Quadro 3.2 Emprego na administração central por cargos, carreiras e grupos segundo o sexo,
31 dezembro 2010 e 30 junho 2011**

Cargo / Carreira / Grupo	Unidade: Postos de trabalho						Em percentagem	
	31-dez-2010			30-jun-2011 (p)			31-dez-2010	30-jun-2011 (p)
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Taxa de feminização	Taxa de feminização
Dirigente	3 450	3 865	7 315	3 326	3 826	7 152	52,8	53,5
Técnico Superior	8 032	19 741	27 773	7 956	19 907	27 863	71,1	71,4
Assistente Técnico	11 517	45 293	56 810	11 307	44 068	55 375	79,7	79,6
Assistente Operacional	18 453	65 207	83 660	18 038	63 849	81 887	77,9	78,0
Informático	2 125	1 192	3 317	2 101	1 156	3 257	35,9	35,5
Magistrado	1 554	1 914	3 468	1 508	1 923	3 431	55,2	56,0
Pessoal de Justiça	4 108	9 584	13 692	4 093	9 486	13 579	70,0	69,9
Diplomata	268	127	395	249	115	364	32,2	31,6
Pessoal de Investigação	942	912	1 854	925	912	1 837	49,2	49,6
Doc. Ens. Superior Politécnico e Universitário	13 221	10 006	23 227	13 304	10 181	23 485	43,1	43,4
Educ. Inf. e Doc. do Ens. Básico e Secundário	34 394	115 450	149 844	34 461	115 867	150 328	77,0	77,1
Pessoal de Inspeção	853	802	1 655	774	782	1 556	48,5	50,3
Médico, Enfermeiro e Tec. Diag. e Terapêutica	19 035	53 961	72 996	19 220	54 279	73 499	73,9	73,8
Administração Tributária e Aduaneira	4 646	5 233	9 879	4 528	5 181	9 709	53,0	53,4
Forças de Segurança	49 238	3 678	52 916	49 389	3 726	53 115	7,0	7,0
Forças Armadas	32 526	5 335	37 861	32 414	5 123	37 537	14,1	13,6
Outro Pessoal	3 800	3 827	7 627	3 695	3 736	7 431	50,2	50,3
Total	208 162	346 127	554 289	207 288	344 117	551 405	62,4	62,4

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

A idade média dos dirigentes na administração central é superior em 4,8 anos à idade média total, sendo que cerca de 37% têm entre 50 e 59 anos (*escalão etário modal*). As carreiras mais jovens são as das forças armadas (mais de 58% tem menos de 30 anos e um índice de envelhecimento de 1,1%) e de segurança (índice de envelhecimento de 2,2%), com idades médias abaixo dos 40 anos (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 Distribuição do emprego na administração central por cargos, carreiras e grupos segundo o escalão etário, 30 junho 2011

Cargo / Carreira / Grupo	Unidade: Postos de trabalho						Idade média (em anos)			Índice de envelhecimento (%)		
	Até aos 30 anos	Dos 30 aos 39	Dos 40 aos 49	Dos 50 aos 59	60 e mais anos	Total	H	M	Total	H	M	Total
	Dirigente	11	1 398	2 564	2 637	542	7 152	48,9	47,0	47,9	31,4	22,5
Técnico Superior	1 704	10 248	8 366	6 104	1 441	27 863	44,9	42,1	42,9	24,3	13,2	16,4
Assistente Técnico	1 996	13 287	16 165	20 533	3 394	55 375	46,1	46,5	46,4	26,2	24,5	24,9
Assistente Operacional	3 554	13 890	25 331	30 903	8 209	81 887	47,5	47,8	47,7	28,0	25,8	26,3
Informático	106	1 074	1 087	896	94	3 257	42,5	46,8	44,0	13,6	20,6	16,1
Magistrado	58	1 127	1 094	967	185	3 431	48,6	41,5	44,6	30,8	7,7	17,8
Pessoal de Justiça	161	2 043	5 879	5 272	224	13 579	46,9	47,0	46,9	17,2	12,6	14,0
Diplomata	21	85	100	89	69	364	48,8	42,9	46,9	33,7	13,0	27,2
Pessoal de Investigação	26	579	693	401	138	1 837	44,9	45,0	44,9	19,1	16,4	17,8
Doc. Ens. Superior Politécnico e Universitário	1 386	6 224	8 126	6 061	1 688	23 485	45,6	43,4	44,7	20,8	13,6	17,7
Educ. Inf. e Doc. do Ens. Básico e Secundário	7 517	45 453	51 467	41 946	3 945	150 328	44,5	43,5	43,8	18,5	11,7	13,3
Pessoal de Inspeção	19	400	531	536	70	1 556	48,0	44,4	46,2	30,2	16,4	23,3
Médico, Enfermeiro e Tec. Diag. e Terapêutica	16 922	21 724	17 062	15 348	2 443	73 499	42,6	39,0	40,0	21,9	10,1	13,2
Administração Tributária e Aduaneira	2	1 977	2 901	4 450	379	9 709	47,9	47,7	47,8	25,3	15,5	20,1
Forças de Segurança	8 037	19 605	16 949	8 476	48	53 115	39,5	37,2	39,3	2,3	1,4	2,2
Forças Armadas	21 853	5 573	7 710	2 358	43	37 537	32,2	25,7	31,3	1,3	0,0	1,1
Outro Pessoal	543	2 021	2 678	1 868	321	7 431	44,4	43,2	43,8	16,9	11,4	14,1
Total	63 916	146 708	168 703	148 845	23 233	551 405	41,9	43,8	43,1	14,3	15,8	15,2
<i>Peso no total (%)</i>	<i>11,6</i>	<i>26,6</i>	<i>30,6</i>	<i>27,0</i>	<i>4,2</i>	<i>100,0</i>						

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Quadro 3.4 Distribuição do emprego na administração central por nível de escolaridade, 30 junho 2011

Unidade: Postos de trabalho

Cargo / Carreira / Grupo	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior			Total
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11º ano	12º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor	
Dirigente	13	92	194	337	87	5 592	837	7 152
Técnico Superior	13	163	215	572	1 256	23 466	2 178	27 863
Assistente Técnico	2 698	10 514	7 717	29 178	977	4 170	121	55 375
Assistente Operacional	40 441	23 297	1 805	15 683	138	515	8	81 887
Informático	19	181	337	1 211	117	1 296	96	3 257
Magistrado	0	0	0	0	0	3 409	22	3 431
Pessoal de Justiça	223	2 033	5 990	3 602	241	1 483	7	13 579
Diplomata	0	0	0	0	0	348	16	364
Pessoal de Investigação	0	0	1	1	0	179	1 656	1 837
Doc. Ens. Superior Politécnico e Universitário	9	11	1	117	50	5 981	17 316	23 485
Educ. Inf. e Doc. do Ens. Básico e Secundário	34	635	4	815	8 465	131 414	8 961	150 328
Pessoal de Inspeção	0	43	97	140	61	1 107	108	1 556
Médico, Enfermeiro e Tec. Diag. e Terapêut.	305	604	806	2 348	13 316	54 080	2 040	73 499
Administração Tributária e Aduaneira	33	509	1 828	3 192	613	3 459	75	9 709
Forças de Segurança	7 754	16 093	6 364	20 099	185	2 439	181	53 115
Forças Armadas	467	13 551	2 777	13 331	1 250	5 618	543	37 537
Outro Pessoal	748	809	414	2 177	125	2 972	186	7 431
Total	52 757	68 535	28 550	92 803	26 881	247 528	34 351	551 405
<i>Peso no total (%)</i>	<i>9,6</i>	<i>12,4</i>	<i>5,2</i>	<i>16,8</i>	<i>4,9</i>	<i>44,9</i>	<i>6,2</i>	<i>100,0</i>

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Nota: Níveis de escolaridade ISCED (ver 7. Notas Técnicas)

Em junho 2011, dos trabalhadores da administração central com níveis de escolaridade de ensino superior, perto de 70% são mulheres; mais de 48% são docentes do ensino básico e secundário; 22,5% médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico; 8,7% técnicos superiores; e 7,6% docentes do ensino universitário e politécnico. Do total de emprego feminino, em cada 10 trabalhadoras, mais de 6 têm escolaridade de ensino superior e perto de 4 até ao 12.º ano. Por outro lado, em cada 10 trabalhadores homens menos de 5 têm escolaridade de ensino superior (Quadros 3.4 e 3.5).

Quadro 3.5 Estrutura do emprego na administração central por nível de escolaridade segundo o sexo, 30 junho 2011 (em percentagem)

Cargo / Carreira / Grupo	ISCED 0 a 4 (Até ao 12º ano)			ISCED 5 e 6 Ensino superior			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Dirigente	0,0	0,1	0,1	0,6	0,6	1,2	0,6	0,7	1,3
Técnico Superior	0,1	0,1	0,2	1,4	3,5	4,9	1,4	3,6	5,1
Assistente Técnico	1,9	7,2	9,1	0,2	0,8	1,0	2,1	8,0	10,0
Assistente Operacional	3,2	11,5	14,7	0,0	0,1	0,1	3,3	11,6	14,9
Informático	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1	0,3	0,4	0,2	0,6
Magistrado	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,3	0,3	0,6
Pessoal de Justiça	0,7	1,5	2,1	0,1	0,2	0,3	0,7	1,7	2,5
Diplomata	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Pessoal de Investigação	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3
Doc. Ens. Superior Politécnico e Universitário	0,0	0,0	0,0	2,4	1,8	4,2	2,4	1,8	4,3
Educ. Inf. e Doc. do Ens. Básico e Secundário	0,1	0,1	0,3	6,1	20,9	27,0	6,2	21,0	27,3
Pessoal de Inspeção	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,3
Médico, Enfermeiro e Tec. Diag. e Terapêutica	0,1	0,6	0,7	3,4	9,2	12,6	3,5	9,8	13,3
Administração Tributária e Aduaneira	0,5	0,5	1,0	0,4	0,4	0,8	0,8	0,9	1,8
Forças de Segurança	8,6	0,6	9,1	0,4	0,1	0,5	9,0	0,7	9,6
Forças Armadas	4,7	0,7	5,5	1,1	0,2	1,3	5,9	0,9	6,8
Outro Pessoal	0,5	0,3	0,8	0,2	0,4	0,6	0,7	0,7	1,3
Total	20,7	23,4	44,0	16,9	39,1	56,0	37,6	62,4	100,0

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Nota: Níveis de escolaridade ISCED (ver 7. Notas Técnicas)

4. Trabalhadores em situação de mobilidade especial (SME)

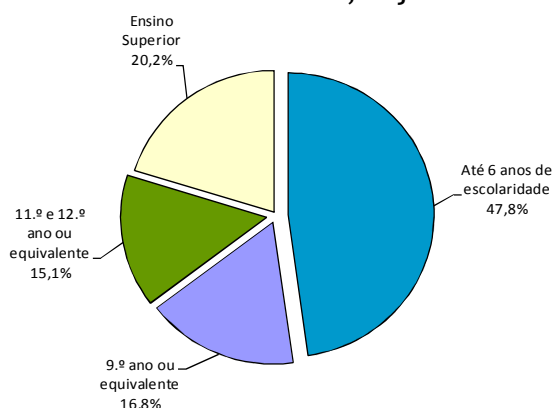
O número de trabalhadores em situação de mobilidade especial diminuiu 7,2% no final do primeiro semestre de 2011 em relação a 31 de dezembro do mesmo ano (Quadro 4.1). Quanto à sua caracterização, 51,0% são mulheres (Quadro 4.2), cerca de 2/3 possuem habilitações escolares ao nível do ensino básico (64,6%) e aproximadamente 1/5 têm habilitações de nível superior (20,2%) (Gráfico 4.1). No que respeita à estrutura etária cerca de 75,6% dos trabalhadores têm mais de 50 anos de idade (Gráfico 4.2).

Quadro 4.1 Pessoal em situação de mobilidade especial por ministério, 31 dezembro 2007 a 30 junho 2011

Ministérios	Trabalhadores em SME (N.º)					Variação face a 2007 (N.º)		
	31-dez-2007	31-dez-2008	31-dez-2009	31-dez-2010	30-jun-2011 (p)	Dez 09 / dez 07	Dez 10 / dez 07	Jun 11 / dez 07
Presidência do Conselho de Ministros	9	49	28	10	10	19	1	1
Ministério da Administração Interna	0	25	9	24	23	9	24	23
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. do Território	1 238	1 178	1163	713	667	-75	-525	-571
Ministério da Defesa Nacional	0	0	185	152	118	185	152	118
Ministério da Educação e Ciência	8	26	124	104	102	116	96	94
Ministério da Economia e do Emprego	16	54	44	35	25	28	19	9
Ministério das Finanças	23	49	27	78	79	4	55	56
Ministério da Justiça	0	27	51	45	43	51	45	43
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	7	9	9	9	9	9	9
Ministério da Saúde	30	131	81	80	71	51	50	41
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	14	39	67	55	64	53	41	50
Total	1 338	1 585	1 788	1 305	1 211	450	-33	-127

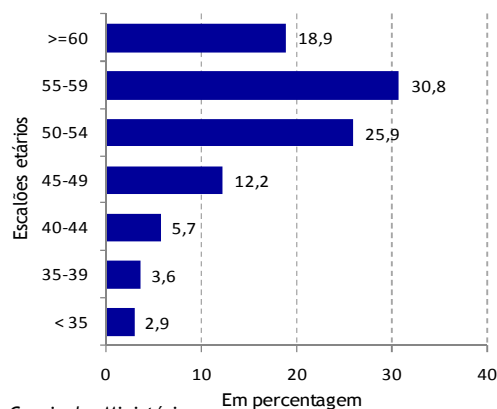
Fontes: DGAEP/OBSEP - SIOE; Secretarias-Gerais dos Ministérios

Gráfico 4.1 Distribuição dos trabalhadores em SME por níveis de escolaridade, 30 junho 2011



Fontes: DGAEP/OBSEP - SIOE; Secretarias-Gerais dos Ministérios

Gráfico 4.2 Estrutura etária dos trabalhadores em SME, 30 junho 2011



Quadro 4.2 Pessoal em situação de mobilidade especial por sexo, 31 dezembro 2010 e 30 junho 2011

Ministério	Unidade: N.º de trabalhadores			Unidade: N.º de trabalhadores			Em percentagem	
	31-dez-2010		Total	30-jun-2011		Total	31-dez-2010	30-jun-2011
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Taxa de feminização	Taxa de feminização
Presidência do Conselho de Ministros	5	5	10	4	6	10	0,4	0,5
Ministério da Administração Interna	9	15	24	8	15	23	1,1	1,2
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. do Território	376	337	713	360	307	667	25,8	25,4
Ministério da Defesa Nacional	138	14	152	108	10	118	1,1	0,8
Ministério da Educação e Ciência	50	54	104	43	59	102	4,1	4,9
Ministério da Economia e do Emprego	9	26	35	6	19	25	2,0	1,6
Ministério das Finanças	21	57	78	22	57	79	4,4	4,7
Ministério da Justiça	11	34	45	9	34	43	2,6	2,8
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3	6	9	3	6	9	0,5	0,5
Ministério da Saúde	27	53	80	24	47	71	4,1	3,9
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	5	50	55	6	58	64	3,8	4,8
Total	654	651	1 305	593	618	1 211	49,9	51,0

Fontes: DGAEP/OBSEP - SIOE; Secretarias-Gerais dos Ministérios

5. Regionalização do emprego nas atividades de educação e saúde

Quadro 5.1 Distribuição geográfica por NUTS II e III do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos, 30 junho 2011

NUTS II e III	Estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário					Estabelecimentos ensino superior		
	N.º de Estabec.	Educ. Infância e Docente do Ens. Básico e Secundário	Média docentes por estabelecim.	Total Emprego	Dimensão Média dos estabelec.	Investigad. e Docentes do Ensino Universitário	Docentes do Ensino Superior Politécnico	Total Emprego
	(1)	(2)	(2)/(1)	(3)	(3)/(1)	(4)	(5)	(6)
Portugal	1 070	147 851	138,2	194 861	182,1	14 618	9 611	36 558
Norte	378	56 289	148,9	74 198	196,3	4 085	2 789	10 189
Minho-Lima	29	3 852	132,8	5 284	182,2	2	416	529
Cávado	42	6 345	151,1	8 311	197,9	809	255	1 637
Ave	54	7 637	141,4	10 037	185,9	417	0	511
Grande Porto	112	18 145	162,0	23 269	207,8	2 297	1 497	5 657
Tâmega	59	9 299	157,6	12 069	204,6	0	90	103
Entre Douro e Vouga	29	4 075	140,5	5 448	187,9	0	16	22
Douro	26	3 522	135,5	5 015	192,9	556	0	994
Alto Trás-os-Montes	27	3 414	126,4	4 765	176,5	4	515	736
Centro	267	34 822	130,4	46 684	174,8	3 040	3 204	9 568
Baixo Vouga	47	6 076	129,3	7 957	169,3	833	235	1 580
Baixo Mondego	35	4 457	127,3	5 920	169,1	1 530	784	3 752
Pinhal Litoral	24	3 426	142,8	4 469	186,2	1	543	818
Pinhal Interior Norte	19	2 114	111,3	2 954	155,5	0	44	58
Dão-Lafões	34	4 903	144,2	6 698	197,0	0	443	670
Pinhal Interior Sul	5	541	108,2	756	151,2	0	0	0
Serra da Estrela	4	707	176,8	1 040	260,0	0	0	0
Beira Interior Norte	13	1 631	125,5	2 425	186,5	0	238	368
Beira Interior Sul	11	1 137	103,4	1 581	143,7	0	409	663
Cova da Beira	14	1 292	92,3	1 845	131,8	676	0	955
Oeste	36	5 139	142,8	6 479	180,0	0	243	290
Médio Tejo	25	3 399	136,0	4 560	182,4	0	265	414
Lisboa	245	37 243	152,0	47 474	193,8	5 991	2 223	12 241
Grande Lisboa	170	25 979	152,8	33 081	194,6	5 469	1 651	10 783
Península de Setúbal	75	11 264	150,2	14 393	191,9	522	572	1 458
Alentejo	122	12 202	100,0	16 568	135,8	649	886	2 349
Alentejo Litoral	20	1 499	75,0	2 104	105,2	0	0	0
Alto Alentejo	23	2 001	87,0	2 752	119,7	0	245	376
Alentejo Central	26	2 751	105,8	3 733	143,6	649	49	1 087
Baixo Alentejo	25	2 244	89,8	3 085	123,4	0	269	396
Lezíria do Tejo	28	3 707	132,4	4 894	174,8	0	323	490
Algarve	58	7 295	125,8	9 937	171,3	381	438	1 263
Algarve	58	7 295	125,8	9 937	171,3	381	438	1 263
Região Autónoma dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	246	54	554
Região Autónoma da Madeira	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	226	17	394

Fonte: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011) n.d.: dados não disponíveis para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

Gráfico 5.1 Estrutura por NUTS II do emprego nos estabelecimentos de ensino básico e secundário

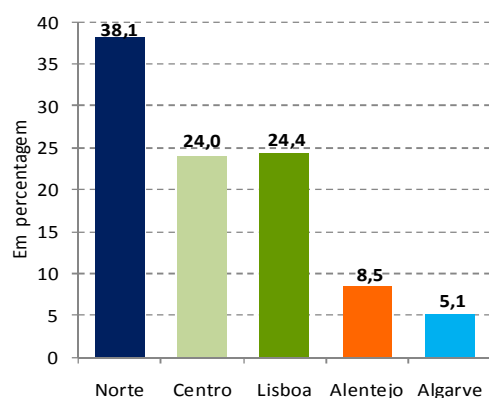
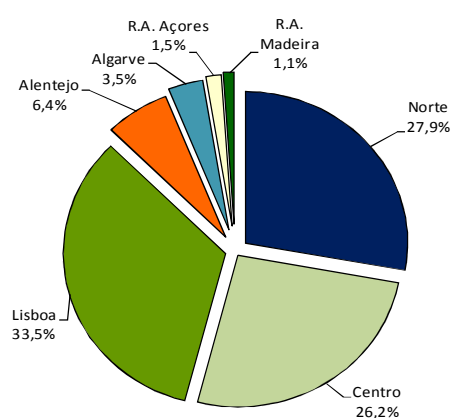


Gráfico 5.2 Estrutura por NUTS II do emprego nos estabelecimentos de ensino superior



Fonte (Gráficos 5.1 e 5.2): DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

Quadro 5.2 Distribuição geográfica por NUTSII e III do emprego em estabelecimentos hospitalares, unidades locais de saúde e centros de saúde do SNS, 30 junho 2011

	Estabelecim. (N.º)	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de diagnóstico e terapêutica	Pessoal de saúde	Total Emprego	N.º médio pessoal de saúde por estabelec.	Dimensão Média dos estabelec.	Pessoal saúde por 1000 residentes	Total emprego por 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(5)/(1)	(6)/(1)		
Portugal - Continente	499	23 877	39 870	7 736	71 483	122 908	143,3	246,3	7,0	12,1
Norte	165	9 039	14 213	2 215	25 467	42 607	154,3	258,2	6,8	11,4
Minho-Lima	14	520	845	112	1 477	2 552	105,5	182,3	-	-
Cávado	14	819	1 224	145	2 188	3 596	156,3	256,9	-	-
Ave	17	880	1 395	210	2 485	4 021	146,2	236,5	-	-
Grande Porto	49	5 002	7 142	1 188	13 332	21 745	272,1	443,8	-	-
Tâmega	21	629	982	112	1 723	3 047	82,0	145,1	-	-
Entre Douro e Vouga	8	397	741	123	1 261	2 296	157,6	287,0	-	-
Douro	23	482	1 130	187	1 799	3 178	78,2	138,2	-	-
Alto Trás-os-Montes	19	310	754	138	1 202	2 172	63,3	114,3	-	-
Centro	158	5 144	9 809	1 785	16 738	28 736	105,9	181,9	7,0	12,1
Baixo Vouga	21	594	1 016	153	1 763	3 005	84,0	143,1	-	-
Baixo Mondego	27	2 060	3 626	700	6 386	10 617	236,5	393,2	-	-
Pinhal Litoral	11	402	763	117	1 282	2 169	116,5	197,2	-	-
Pinhal Interior Norte	16	96	140	25	261	542	16,3	33,9	-	-
Dão-Lafões	23	617	1 033	182	1 832	3 006	79,7	130,7	-	-
Pinhal Interior Sul	6	31	59	8	98	179	16,3	29,8	-	-
Serra da Estrela	3	35	48	8	91	164	30,3	54,7	-	-
Beira Interior Norte	10	185	532	93	810	1 430	81,0	143,0	-	-
Beira Interior Sul	6	163	407	64	634	1 052	105,7	175,3	-	-
Cova da Beira	5	202	487	95	784	1 507	156,8	301,4	-	-
Oeste	16	459	805	153	1 417	2 525	88,6	157,8	-	-
Médio Tejo	14	300	893	187	1 380	2 540	98,6	181,4	-	-
Lisboa	86	7 491	11 325	2 773	21 589	37 704	251,0	438,4	7,6	13,3
Grande Lisboa	66	5 907	8 730	2 216	16 853	29 607	255,3	448,6	-	-
Península de Setúbal	20	1 584	2 595	557	4 736	8 097	236,8	404,9	-	-
Alentejo	69	1 325	2 753	589	4 667	8 542	67,6	123,8	6,2	11,4
Alentejo Litoral	7	100	290	69	459	827	65,6	118,1	-	-
Alto Alentejo	17	199	560	121	880	1 681	51,8	98,9	-	-
Alentejo Central	17	386	661	141	1 188	2 073	69,9	121,9	-	-
Baixo Alentejo	14	232	553	120	905	1 772	64,6	126,6	-	-
Lezíria do Tejo	14	408	689	138	1 235	2 189	88,2	156,4	-	-
Algarve	21	878	1 770	374	3 022	5 319	143,9	253,3	6,9	12,1
Algarve	21	878	1 770	374	3 022	5 319	143,9	253,3	-	-

Fontes: DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011); INE - População residente por NUTS II, 2.º trimestre 2011 (NUTS III, não disponível)

Nota: Considerados estabelecimentos os agrupamentos de centros de saúde, os centros de saúde, as unidades locais de saúde (ULS), os centros hospitalares (CH) e os hospitais não integrados em ULS e CH.

Gráfico 5.3 Estrutura por NUTS II do emprego nos estabelecimentos de saúde

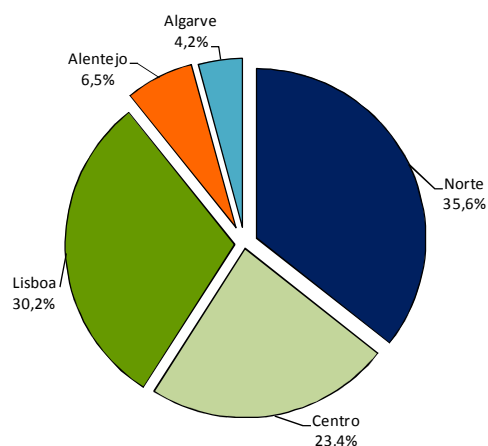
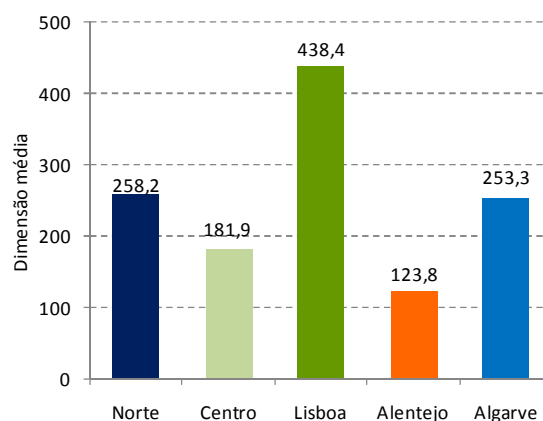


Gráfico 5.4 Dimensão média segundo o emprego dos estabelecimentos de saúde por NUTS II



Fonte (Gráficos 5.3 e 5.4): DGAEP/OBSEP - SIOE (dados disponíveis em 31-10-2011)

6. Administração autárquica: emprego público nos municípios

Quadro 6.1 Câmaras municipais em 2010: distribuição do emprego público, segundo as NUTS II e III

NUTS II e III	Câmaras Municipais (N.º)	Emprego público (N.º)											Prestações de Serviço	
		Dirigente	Técnico Superior	Informát.	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Policia Municipal	Bombeiro	Outro Pessoal	Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes	Prestações de Serviço (N.º)	Prest. Serv. / Total Emp. (%)
Portugal	308	2 832	20 244	1 399	26 447	76 817	1 210	2 293	4 646	135 888	441,2	12,8	2 362	1,7%
Norte	86	859	6 245	434	7 350	24 087	408	447	2 237	42 067	489,2	11,2	634	1,5%
Minho-Lima	10	58	501	41	683	2334		50	93	3 760	376,0	15,1	58	1,5%
Cávado	6	73	614	42	601	2004	46	77	85	3 542	590,3	8,5	36	1,0%
Ave	8	98	756	42	897	2870	104		373	5 140	642,5	9,8	80	1,6%
Grande Porto	9	292	2062	163	2363	6818	161	320	844	13 023	1 447,0	10,1	164	1,3%
Tâmega	15	99	887	38	1139	4244	79		364	6 850	456,7	12,2	84	1,2%
Entre Douro e Vouga	5	52	419	25	357	1280			226	2 359	471,8	8,1	10	0,4%
Douro	19	78	498	37	686	2284	9		116	3 708	195,2	18,0	159	4,3%
Alto Trás-os-Montes	14	109	508	46	624	2253	9		136	3 685	263,2	17,5	43	1,2%
Centro	100	574	4 504	292	5 481	16 315	94	299	705	28 264	282,6	11,9	603	2,1%
Baixo Vouga	12	129	675	48	749	1 941	15		76	3 633	302,8	9,0	109	3,0%
Baixo Mondego	8	93	633	38	699	1 755	44	151	116	3 529	441,1	10,8	105	3,0%
Pinhal Litoral	5	49	264	16	399	1 049		54	40	1 871	374,2	6,9	23	1,2%
Pinhal Interior Norte	14	22	350	15	426	1 417	8		97	2 335	166,8	17,1	17	0,7%
Dão-Lafões	15	53	645	39	635	2 539	27	42	87	4 067	271,1	14,0	34	0,8%
Pinhal Interior Sul	5	10	111	11	152	641			10	935	187,0	23,9	50	5,3%
Serra da Estrela	3	11	80	4	93	357			34	579	193,0	12,5	3	0,5%
Beira Interior Norte	9	29	392	20	371	1 039			58	1 909	212,1	17,9	34	1,8%
Beira Interior Sul	4	16	201	10	202	601			17	1 047	261,8	14,6	12	1,1%
Cova da Beira	3	17	104	7	149	390			20	687	229,0	7,7	122	17,8%
Oeste	12	75	671	39	887	2 718		2	105	4 497	374,8	12,2	53	1,2%
Médio Tejo	10	70	378	45	719	1 868		50	45	3 175	317,5	13,8	41	1,3%
Lisboa	18	813	5 827	343	7 104	16 005	659	1 060	960	32 771	1 820,6	11,5	577	1,8%
Grande Lisboa	9	532	4 420	254	4 907	10 725	659	941	716	23 154	2 572,7	11,4	373	1,6%
Península de Setúbal	9	281	1 407	89	2 197	5 280		119	244	9 617	1 068,6	12,0	204	2,1%
Alentejo	58	241	2 010	172	3 236	10 513		102	321	16 595	286,1	22,2	450	2,7%
Alentejo Litoral	5	38	337	32	580	1 497			43	2 527	505,4	26,8	112	4,4%
Alto Alentejo	15	30	363	28	536	1 817			91	2 865	191,0	25,1	139	4,9%
Alentejo Central	14	62	486	42	717	2 765		2	49	4 123	294,5	24,7	109	2,6%
Baixo Alentejo	13	58	397	38	626	2 076			52	3 247	249,8	26,2	40	1,2%
Lezíria do Tejo	11	53	427	32	777	2 358		100	86	3 833	348,5	15,3	50	1,3%
Algarve	16	206	1 272	93	2 242	5 955	20	167	284	10 239	639,9	23,4	62	0,6%
Algarve	16	206	1 272	93	2 242	5 955	20	167	284	10 239	639,9	23,4	62	0,6%
Região Autónoma dos Açores	19	50	182	33	514	1850	29		37	2 695	141,8	11,0	21	0,8%
Região Autónoma da Madeira	11	89	204	32	520	2 092		218	102	3 257	296,1	13,2	15	0,5%

Fonte: DGAL - Balanços Sociais das Câmaras Municipais; DGAEP/OBSEP

Quadro 6.2 Evolução do emprego nas câmaras municipais por NUTS II, 2007 a 2010

NUTS II	N.º Câmaras	31-dez-2007	31-dez-2008	31-dez-2009	31-dez-2010
		Varição homóloga (%)	-	4,4	8,5
Norte	86	34 675	36 398	42 454	42 067
Centro	100	25 703	27 033	28 144	28 264
Lisboa	18	29 482	30 227	31 379	32 771
Alentejo	58	15 153	15 747	17 002	16 595
Algarve	16	7 971	8 829	9 937	10 239
Região Autónoma dos Açores	19	2 785	2 759	2 666	2 695
Região Autónoma da Madeira	11	3 391	3 364	3 330	3 257
Portugal	308	119 160	124 357	134 912	135 888

Fonte: DGAL - Balanços Sociais das Câmaras Municipais; DGAEP/OBSEP

Em 2010, as câmaras municipais apresentam uma dimensão média em termos de emprego de 441,2 efetivos (438 em 2009), valor que mantém o seu máximo na região da Grande Lisboa e o mínimo na R.A. dos Açores (Quadro 6.1). Segundo dados dos Balanços Sociais, verifica-se uma evolução positiva do emprego nas câmaras municipais nos últimos quatro anos, tendo aumentado em relação a 2007 mais de 14% (Quadro 6.2).

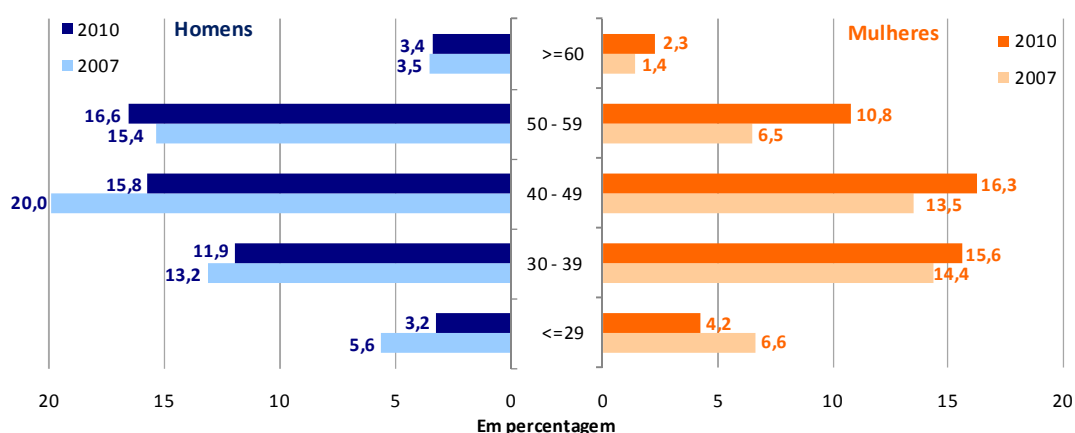
Quadro 6.3 Estrutura etária do emprego nas Câmaras Municipais, 2007, 2009 e 2010

Escalação etária	Em percentagem		
	31-dez-2007	31-dez-2009	31-dez-2010
Até aos 30 anos	12,2	9,1	7,5
Dos 30 aos 39	27,5	27,7	27,5
Dos 40 aos 49	33,5	32,8	32,1
Dos 50 aos 59	21,8	25,2	27,3
60 e mais anos	4,9	5,2	5,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGAL - Balanços Sociais das Câmaras Municipais; DGAEP/OBSEP

Nas câmaras municipais, o número de trabalhadores com idades até aos 30 anos tem vindo a diminuir desde dezembro de 2007: -38,5% entre 2007 e 2010. No mesmo período, o peso dos trabalhadores com idade superior a 49 anos aumentou 23,2% (Quadro 6.3).

Gráfico 6.1 Pirâmide de escalões etários por sexo nas Câmara Municipais, 2007 e 2010



Fonte: DGAL - Balanços Sociais das Câmaras Municipais; DGAEP/OBSEP

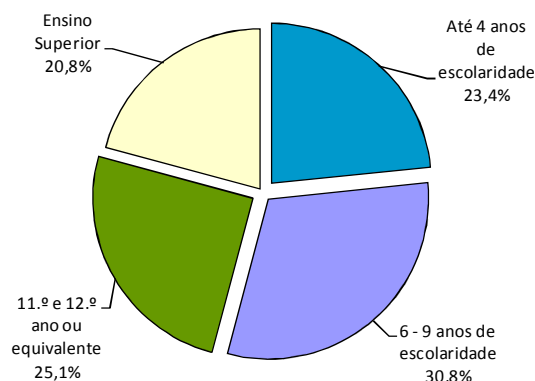
Entre 2007 e 2010, o emprego feminino nas câmaras municipais aumentou 15,9%, enquanto que o número de homens diminuiu cerca de -11,7% (Gráfico 6.1).

Quanto ao nível de escolaridade, em 2010, nota-se um ligeiro aumento do número de trabalhadores com o 11.º e 12.º ano ou equivalente e licenciados e outros estudos superiores, em relação aos restantes períodos em análise (Quadro 6.4).

Quadro 6.4 Estrutura habilitacional do emprego nas Câmaras Municipais, 2007, 2009 e 2010

Nível de escolaridade	Em percentagem		
	31-dez-2007	31-dez-2009	31-dez-2010
Até 4 anos de escolaridade	28,9	25,2	23,4
6 a 9 anos de escolaridade	29,5	31,0	30,8
11.º e 12.º ano ou equivalente	20,3	23,3	25,1
Bacharelato / Curso Médio	3,0	1,4	1,4
Licenciatura e outros estudos superiores	18,2	19,1	19,4
Total	100,0	100,0	100,0

Gráfico 6.2 Estrutura habilitacional do emprego nas Câmaras Municipais, 31 dezembro 2010



Fonte (Quadro 6.4 e Gráfico 6.2): DGAL - Balanços Sociais das Câmaras Municipais; DGAEP/OBSEP

7. Notas técnicas

CONCEITOS

Idade média estimada - recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de envelhecimento = N.º de trabalhadores com 55 e mais anos / Total de trabalhadores X 100

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100

Taxa de feminização = N.º de mulheres / Total de trabalhadores X 100

Ver outros conceitos em *Glossário de Termos Estatísticos em uso nas publicações do OBSEP*

(*Hiperligação: [Glossário de termos estatísticos](#)*).

NOTAS SOBRE AS FONTES

Administração central - SIOE: O universo de entidades do SIOE para a administração central foi atualizado segundo a orgânica do XIX Governo Constitucional.

Administração autárquica - Balanços sociais: DGAL - Balanços Sociais das Câmaras Municipais, 2007-2010; DGAEP/OBSEP - Balanços Sociais de 5 Municípios, 2008

População ativa: INE - Inquérito ao emprego 2º Trimestre 2011

(*Hiperligação: <http://www.ine.pt/>*)

Dados sobre remunerações e PIB:

INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional - 2.º Trimestre de 2011 (nova série, com ano base 2006). O valor do trimestre é igual à soma dos quatro trimestres do ano, correspondendo ao ano acabado no trimestre. (*Hiperligação: <http://www.ine.pt/>*)

EUROSTAT - Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais - PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components - current prices)

(*Hiperligação: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database*)

Instituto de Estatística da França - Contas Trimestrais por Sector Institucional - 2.º Trimestre de 2011.

CLASSIFICAÇÕES

Classificação Internacional Normalizada da Educação, ISCED 1997, UNESCO - é uma classificação de objetivos múltiplos, aprovada pela UNESCO; é um instrumento de referência que permite a harmonização e comparabilidade das estatísticas e indicadores da educação a nível nacional e internacional. Níveis educativos utilizados:

ISCED 0	Ensino pré-escolar
ISCED 1	Ensino básico (1.º e 2.º ciclos)
ISCED 2	Ensino básico (3º ciclo)
ISCED 3	Ensino secundário (11.º ano)
ISCED 4	Ensino secundário (12.º ano ou equiv.)
ISCED 5	Ensino superior (bacharelato)
ISCED 5	Ensino superior (licenciatura)
ISCED 6	Ensino superior (mestrado, doutoramento)

NUTS II e III – Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos. Base legal: Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro e pelo Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, publicado no JOCE L 154, de 21 de Junho de 2003 (NUTS-2002). (*Fonte: INE*)

ABREVIATURAS

Ministérios, orgânica do XIX Governo Constitucional:

OSI - Órgãos de Soberania e Independentes

PCM - Presidência do Conselho de Ministros

MAI - Ministério da Administração Interna

MAMAOT - Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

MDN - Ministério da Defesa Nacional

MEC - Ministério da Educação e Ciência

MEE - Ministério da Economia e do Emprego

MF - Ministério das Finanças

MJ - Ministério da Justiça

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

MS - Ministério da Saúde

MSSS - Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Países da União Europeia (UE):

AE-17: Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Portugal.

UE-27: AE-17; Bulgária; Dinamarca; Hungria; Letónia; Lituânia; Polónia; Reino Unido; República Checa; Roménia; Suécia.

AC - Administração Central

AE - Área do Euro

BDAP - Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública de 2005

CS - Comissão de Serviço

CT - Contrato de trabalho

CTFP - Contrato de trabalho em funções públicas

DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais

EUROSTAT - Departamento de Estatística da União Europeia, integrado na Comissão Europeia

H - Homens

INE - Instituto Nacional de Estatística

ISCED - Classificação Internacional Normalizada da Educação

LVCR - Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações (Lei n.º12-A/2008, de 27 de fevereiro)

n.d. - não disponível

M - Mulheres

NUTS - Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos

OBSEP - Observatório do Emprego Público

PIB - Produto Interno Bruto

p - provisório

p.p. - pontos percentuais

Q2; Q4 - 1º Trimestre; 4º Trimestre

SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado

SME - Situação de Mobilidade Especial

UE - União Europeia

Boletim do Observatório do Emprego Público

Editor: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, Ministério das Finanças

Coordenação: Maria Fernanda Teixeira **Realização:** Maria Fernanda Teixeira, Joana Pinto, Manuela Baptista, Marta Ferro.

Concepção e arranjo gráfico: Elsa Ho

Praça do Comércio, Ala Oriental, 2º. Piso, 1149 - 005 Lisboa • e-mail: obsep@dgaep.gov.pt • www.dgaep.gov.pt